

A arte da guerra no século XXI: avançando à Multi-Domain Battle

The art of war in the 21st century: advancing to the Multi-Domain Battle

Resumo: Trata-se de pesquisa associada ao exame dos atuais modelos de operações adotados pelos Exércitos dos Estados Unidos da América (EUA) e do Brasil, sob o prisma da Teoria da Guerra. A investigação utilizou uma abordagem qualitativa, examinando dois conceitos operativos - “Multi-Domain Battle” (EUA) e o “Operações no Amplo Espectro” (Brasil) - para, na conclusão, inferir acerca do impacto dos respectivos modelos na aplicação do Poder Militar de ambas as nações. O estudo indicou que o conceito norte-americano modela uma forma de lutar que prioriza um possível conflito de viés interestatal, atento ao avanço da China, Rússia, Coreia do Norte e Irã. Indicou, ainda, que o conceito brasileiro combina atitudes ofensivas, defensivas e de cooperação/coordenação com agências, habilitando o enfrentamento de ameaças fluidas à segurança e defesa. Enfim, verificou-se que ambos os conceitos forjam uma forma de lutar própria ao Poder Militar Terrestre de cada país, requerendo capacidades e investimentos específicos.

Palavras-Chave: Defesa. Guerra. Poder Militar. *Multi-Domain Battle*. Operações no Amplo Espectro.

Abstract: This research provides the examination of the current models of operations adopted by the Armies of the United States of America and Brazil, under the prism of War Theory. The research used a qualitative approach, examining two operational concepts - “Multi-Domain Battle” (USA) and “Full Spectrum Operations” (Brazil) - in order to infer the impact of the respective models on the application of Military Power of both nations. The study indicated that the American concept models a way of fighting that prioritizes a possible conflict of interstate bias, attentive to the advance of China, Russia, North Korea and Iran. It also indicated that the Brazilian concept combines offensive, defensive attitudes and cooperation/coordination with agencies, enabling the coping of fluid threats to security and defense. Finally, it was verified that both concepts form a way of fighting proper to the Land Military Power of each country, requiring specific capacities and investments.

Keywords: Defense. War. Military Power. Multi-Domain Battle. Full Spectrum Operations.

Daniel Mendes Aguiar Santos

Exército Brasileiro, Korean Defense Language.
Icheon, Coreia do Sul.
daniel.saude@ig.com.br

Marcelo Monteiro Maltez

Exército Brasileiro, 1º Batalhão de Polícia do Exército.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
m.maltez.m@gmail.com

Túlio Endres da Silva Gomes

20º Regimento de Cavalaria Blindada.
Campo Grande, MS, Brasil.
tulioendres@gmail.com

Gerson de Moura Freitas

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Seção de Emprego da Força Terrestre.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
gerson.moura@globo.com

Andrew Sanders

U.S. Army, The Joint Staff, J-5/WHEM.
Washington DC, United States of America.
andrew.p.sanders4.mil@mail.mil

Recebido em: 31 ago. 2018

Aprovado em: 13 mar. 2019

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-489 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

Após mais de quinze anos de criação do Ministério da Defesa do Brasil e à luz do ciclo quadrienal de atualização dos documentos de Defesa Nacional (a Política, a Estratégia e o Livro Branco), tem-se a ocasião propícia para o debate de perspectivas próprias ao Século XXI. Tal oportunidade torna-se uma necessidade na medida que a ordem mundial vigente (KISSINGER, 2015) evidencia uma volatilidade recorrente nos cenários geopolíticos - global e regionais - impelindo à discussão de novas abordagens acerca do emprego do Poder Militar¹.

Desde o início do Século XXI, em especial a partir do 11 de setembro, o mundo globalizado tem convivido com riscos complexos. Vários aspectos têm influenciado este cenário: a facilidade das comunicações; a percepção do conhecimento como matéria-prima; a interdependência no mercado financeiro internacional; a descentralização de propriedades empresariais por todo planeta; a fragilização (política e securitária) de diversas nações; e o robustecimento de organizações criminosas e terroristas (BOUSQUET, 2009).

Como consequência, abarcadas por uma realidade cada vez mais volátil, as sociedades têm convivido com ameaças difusas - crime organizado transnacional, grupos terroristas internacionais, grupos insurgentes regionais, fricções geopolíticas, crises humanitárias, epidemias etc - que relativizam a percepção da soberania e do patrimônio, criando desafios complexos para os Estados e suas Forças Armadas. Tal contexto, instiga a necessidade de revisitar a assertiva de que “a guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco as suas características a uma determinada situação” (CLAUSEWITZ, 1976, p. 93) para, assim, repensar tal fenômeno no Século XXI.

Neste diapasão, os Estados Unidos da América (EUA) têm se destacado no desenvolvimento de perspectivas que refletem o estado da arte na aplicação do Poder Militar, alavancados pela sua recorrente participação em conflitos, mundiais e regionais, nos Séculos XX e XXI. Em especial, o pensamento militar americano contemporâneo contempla o “*to think, discuss, and debate ‘how we fight’ across all levels and domains [...] diverse dialogue in capturing a wide variety of perspectives and expertise is critical to understanding the evolving nature of the future operational environment*”² (PERKINS, 2017, preâmbulo)³. Tal perspectiva fomenta a construção de respostas que possam dar conta da imprevisibilidade e da conseqüente mutabilidade da arte da guerra no Século XXI.

Por seu turno, o Brasil delinea a Defesa Nacional como o “conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças [...]” (BRASIL, 2012a, p.15). Para tanto, o Art. 142 da Constituição Federal estabelece que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes

1 Sob uma visão macro, trata-se da capacidade do uso de força, ou a ameaça do uso, de modo a influenciar o comportamento de outros Estados e, sob um sentido mais específico, refere-se às forças armadas de uma nação, abarcando o pessoal, o material e a infraestrutura do aparato militar nacional.

2 Tradução dos autores: pensar, discutir e debater ‘como combatemos’ em todos os níveis e domínios [...] o diálogo diversificado para captar uma ampla variedade de perspectivas e conhecimentos é fundamental para a compreensão da natureza evolutiva do ambiente operacional futuro.

3 General David Perkins foi o comandante do *United States Army Training and Doctrine Command* (2017-2018).

constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988). Assim, inserido no Século XXI, cada vez mais o Brasil demanda um Poder Militar capaz de enfrentar ameaças difusas e voláteis, habilitando capacidades⁴ para: promover a interoperabilidade entre as forças; operar em espaço de batalha não linear; atuar em ambiente interagências; enfrentar forças irregulares robustas; carrear operações de informação; conduzir ações no espaço cibernético; ampliar o grau de proteção (individual e coletiva) etc (BRASIL, 2014).

À luz deste contexto, o objetivo deste artigo é analisar os atuais modelos de operações eleitos pelo Exércitos dos Estados Unidos da América e pelo Exército Brasileiro, sob o prisma da Teoria da Guerra, no Século XXI. Neste propósito, o estudo operacionalizou um estudo de caso que examinou os conceitos operativos da “*Multi-Domain Battle*” (EUA) e das “Operações no Amplo Espectro” (Brasil), inferindo acerca do impacto dos respectivos modelos na aplicação do Poder Militar de ambas as nações no Século XXI. Em última instância, este estudo procura instigar a pesquisa científica em Ciências Militares cobrindo uma temática que dialoga de forma direta com a doutrina militar terrestre, transbordando dividendos ao debate da segurança e defesa no Século XXI.

Para tanto, o artigo foi estruturado em cinco seções, iniciadas com esta breve introdução. A seguir, apresentam-se as perspectivas, epistemológica e metodológica, tratando da forma de pensar e de conduzir a investigação. Avançando, tem-se uma moldura teórica e conceitual acerca da Teoria da Guerra Contemporânea, instrumentalizando a lente analítica da investigação. No core, examinam-se os conceitos operativos adotados pelos Exércitos dos EUA e do Brasil. Por fim, tem-se a conclusão, inferindo acerca do impacto de tais modelos para aplicação do Poder Militar de ambas as nações.

2 Perspectivas epistemológica e metodológica

De forma preliminar, considerando o escopo desta investigação, cabe atentar para o fato de que “o apoio ao estudo dos problemas da Defesa Nacional é necessário e benfazejo, não admitindo-se que a defesa e a segurança do país possam ser asseguradas por meio da preocupação exclusiva dos militares, de diplomatas e de intelectuais” (DOMINGOS, 2006, p.149), sendo objeto de atenção, tanto da Ciência Política, quanto das Ciências Militares. Ampliando esta arena, a Política Nacional de Defesa indica e ressalta a necessidade de conscientização de toda sociedade brasileira acerca dos assuntos de defesa (BRASIL, 2012a, 2012b).

Neste esforço, desde 2010, o Brasil passou a contar com uma Política de Ensino de Defesa, que estabeleceu iniciativas para: difundir a Defesa no meio acadêmico; promover a equivalência de cursos nos sistemas de ensino militar e civil; ampliar o intercâmbio entre instituições de ensino civis e militares; e estimular a pesquisa em Defesa. Em especial, o Exército Brasileiro ativou um processo de transformação, atento às Ciências Militares, incluídas no rol das ciência estudadas no país, em 2001, pelo Conselho Nacional de Educação. Neste contexto, as Ciências Militares foram disciplinadas como “o sistema de conhecimentos relativos à arte bélica, obtido mediante pesquisa

4 Trata-se da aptidão requerida a uma força para que possa cumprir certa missão ou tarefa.

científica, práticas na esfera militar, experiência e observação dos fenômenos das guerras e dos conflitos, valendo-se da metodologia própria do ensino superior militar” (BRASIL, 2010, p. 9).

Sob este prisma, cabe revisitar a “Trindade da Guerra”, delineada por Clausewitz (1976), que serviu de base para pensar esta pesquisa, e que contém três elementos precípuos: a “violência”, como uma força natural e cega; a “incerteza/probabilidade”, como pressuposto de um espírito criativo e livre; e a “política”, como instrumento de subordinação da guerra, tornado-a um fenômeno racional. Em particular, Clausewitz utilizou a figura do camaleão para indicar o caráter mutável e imprevisível da guerra, decorrente da infinita variabilidade de interações entre os seus elementos.

Ademais, Bassford (2007) observa um modelo da “Teoria do Caos”⁵ no pensamento de Clausewitz, uma vez que a “Trindade da Guerra” é auto-inclusiva e universal, abrangendo elementos subjetivos e objetivos, bem como os componentes intelectual, emocional e físico da guerra.

Como consequência, considerando que a guerra é um fenômeno precipuamente socio-político, sujeito à incerteza, a Complexidade foi a epistemologia selecionada para filtrar o conhecimento recrutado por esta investigação, uma vez que o paradigma mecanicista não é suficiente para absorver a pluralidade de perspectivas que envolvem o fenômeno. Cabe salientar que a Complexidade teve sua gênese nas pesquisas em sistemas da natureza e, atualmente, tem avançado aos sistemas sociais. Em especial, destaca-se a pesquisa do comportamento não linear no âmbito dos sistemas que não podem ser descritos por uma regra singular ou sintetizados a uma explicação única (STACEY, 1995). Assim, para analisar os modelos de operações do Exército dos EUA e do Exército Brasileiro, este estudo acolheu um *Complexity Thinking* (RICHARDSON; CILLIERS, 2001), ampliando os limites para pensar o tema e as suas diversas matizes.

Avançando aos aspectos metodológicos, a investigação adotou uma abordagem qualitativa, organizando um estudo de caso, apoiado em dois microestudos, para, assim, examinar os conceitos operativos dos Exércitos, dos EUA e do Brasil, respectivamente. Neste contexto, a fim de coletar as impressões necessárias, foram empregadas as técnicas da pesquisa documental e bibliográfica para, na sequência, integrar esforços descritivos e analíticos no âmbito dos microestudos (YIN, 2001). Ao final, apoiado na articulação descritiva e analítica, inferiu-se acerca do impacto dos respectivos modelos na aplicação do Poder Militar dos EUA e do Brasil.

Em particular, para coleta das fontes primárias, a pesquisa documental selecionou um rol de documentos (políticas, estratégias, doutrinas etc) referentes aos exércitos investigados, nos seguintes sítios eletrônicos: *Army University Press*⁶, Ministério da Defesa⁷ e Comando de Operações Terrestres/Portal de Doutrina do Exército⁸. No que diz respeito à coleta das fontes secundárias, a pesquisa bibliográfica reuniu artigos científicos de um rol de periódicos previamente organizado com base na aderência editorial à Ciência Política e às Ciências Militares.

5 A “Teoria do Caos” trata de sistemas complexos e dinâmicos, rigorosamente deterministas, mas que apresentam um fenômeno fundamental de instabilidade chamado sensibilidade às condições iniciais que, modulando uma propriedade suplementar de recorrência, torna-os não previsíveis na prática a longo prazo.

6 Disponível em: <http://www.armyupress.army.mil/>

7 Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/legislacao>.

8 Disponível em: <http://www.cdoutex.cb.mil.br/>

Ademais, os indexadores Portal de Periódicos CAPES⁹ e *Scientific Electronic Library Online*¹⁰ foram empregados na coleta em questão. No esforço investigativo, a busca foi realizada nos idiomas português, inglês e espanhol, respeitando as nuances de cada base de dados. Para tanto, empregaram-se os seguintes descritores: segurança, defesa nacional, guerra, poder nacional, poder militar, modelo de operações militares, exército, Estados Unidos da América e Brasil.

3 Moldura teórica e conceitual

Para delinear a moldura analítica deste estudo, foram contempladas as perspectivas que circunscrevem os constructos do Poder e da Guerra, uma vez que se enlaçam e se integram.

Neste sentido, inicialmente, Teixeira e Migon (2017), revisitando a Teoria do Poder, tratam da percepção pessimista de Hobbes (1974), tendo por base a máxima da “guerra de todos contra todos”, evidenciando a associação entre poder e violência. Sob este prisma, a perspectiva hobbesiana propõe uma “[...] *general inclination of all mankind, a perpetual and restless desire of power after power, that ceased only in death*”¹¹ (HOBBS, 1974, p. 86).

Em um segundo momento, observa-se a abordagem do poder como dominação (*power over*), assentada em Weber (1946), Dahl (1957), Bachrach e Baratz (1962). Neste contexto, Weber indica que o poder floresce do conflito advindo da dinâmica da vida em sociedade, considerando que os homens agem de acordo com seus interesses e não pelos seus ideais. Consequentemente, na política, a bipolaridade ética entre responsabilidade e convicção, torna a luta pela dominação, no pleno exercício do poder *per se* (TEIXEIRA; MIGON, 2017).

Avançando, tem-se uma terceira perspectiva, a abordagem do poder como capacidade (*power to*), sendo Arendt (1970) sua defensora. Neste contexto, Teixeira e Migon (2017) indicam que a autora não acolhe o binômio “poder e violência”, oferecido pela visão política tradicional, entendendo que são opostos e que a violência *per se* é um instrumento que poderia degradar o aspecto qualitativo do poder. Por sua vez, Arendt apresenta o binômio “poder e consenso”, priorizando a observação do espaço público e, assim, a instrumentalização de autoridade e de legitimidade para o uso do poder.

Sob uma quarta visão, protagonizando a possível interseção entre as abordagens anteriores, Foucault (1980) sustenta que o poder está em tudo e se manifesta de todas as maneiras, implicando na existência de uma relação entre poder e conhecimento. Em especial, aponta a relação direta entre o conhecimento social que os atores usam para moldar a estrutura social e as consequentes relações de dominação estabelecidas a partir deste conhecimento.

Já passando à discussão da perspectiva do poder no âmbito do Estado, Morgenthau (1948) introduziu o conceito realista do Poder Nacional, alternando a visão do poder como objetivo para a visão do poder como os meios para alcançar os objetivos. Tais meios seriam materializados por

9 Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

10 Disponível em: <http://www.scielo.org>.

11 Tradução dos autores: [...] inclinação geral de toda a humanidade, um desejo perpétuo e inquieto de poder após poder, que só cessa na morte [...]

capacidades ligadas aos recursos humanos (população), aos recursos naturais (território), à infraestrutura (indústria) e às armas (forças armadas).

Sob uma outra perspectiva, já no âmbito da Guerra Fria, Raymond Aron (1962) baseia seu pensamento na definição de disponibilidade de poder de uma entidade política para impor sua vontade sobre outras entidades. Assim, propõe desenvolver três principais elementos, embora abstratos, para definir o conceito de poder: o espaço ocupado pelas unidades políticas; os recursos disponíveis e a gestão do conhecimento para transformá-lo em armas, bem como transformar homens em soldados; e, enfim, a ação coletiva correspondente a vários elementos (exército, solidariedade dos cidadãos etc). Em particular, o último elemento pode desequilibrar o curso de conflito, caso do êxito das guerrilhas argelinas contra as tropas francesas durante a guerra de independência da Argélia.

Ademais, o autor faz uma distinção entre poder em uma situação de guerra e poder em tempo de paz. Durante a paz, os meios usados pelo poder diferem claramente do usado em tempo de guerra, avançando, ainda, a uma distinção entre poder defensivo e ofensivo. Neste sentido, na Guerra Fria, as relações de poder entre os Estados tiveram a sua dinâmica ampliada por meio de instrumentos próprios: relações internacionais, política externa, estratégias de defesa etc (ARON, 1962).

Em uma síntese apertada, com base nesta breve revisão acerca do poder, a política pode ser caracterizada como a ferramenta que dirige o poder no escopo do Estado, tanto no que tange ao poder como recursos, quanto como comportamento, no intuito de obter resultados pré-determinados (NYE JR., 2012). Consequentemente, o constructo da guerra aflora como um instrumento de contingência - a continuação da política por outros meios - permitindo ao Estado legitimar o emprego da violência e, portanto, usar a força em prol dos seus interesses nacionais (CLAUSEWITZ, 1976).

Inevitavelmente, as teorias do poder estão conectadas às teorias da guerra, uma vez que a hostilidade não se manifesta apenas pela violência física, podendo advir de outras formas: econômica, psicológica e diplomática (BOBBIO, 1987). Ademais, para dar direção à guerra, torna-se necessário aplicar uma ferramenta própria - a estratégia - cuja gênese advém da arte do general (*estrategos*), inicialmente aplicada para movimentar e estacionar exércitos na Idade Antiga e, atualmente, entendida como a “ponte” que liga o propósito político ao Poder Militar (GRAY, 2006).

Adentrando à percepção da Teoria da Guerra, Lind et al. (1989) caracterizam a evolução da arte da guerra no escopo de gerações, à luz de fatores tecnológicos, econômicos e político-sociais, conforme sintetizado no contido na Tabela 1.

Tabela 1 - Taxonomia da Geração das Guerras

Geração das Guerras	Principais Características
1ª Geração	emprego da massa e do combate linear
2ª Geração	emprego do poder de fogo e do combate linear
3ª Geração	emprego do movimento, da manobra e do combate não linear
4ª Geração	emprego massivo de tecnologia, assimétrica e perda do monopólio do uso da força por parte do Estado
5ª Geração	emprego massivo da cyber war, assimétrica, informacional e híbrida

Fonte: Lind et al. (1989) adaptado pelos autores.

Sob este prisma, a 1ª Geração trata das guerras baseadas no princípio da massa, evidenciadas desde a Paz da Vestefália (1648) até, aproximadamente, a Guerra Civil Americana (1861-1865). Neste contexto, destacaram-se as manobras dos exércitos absolutistas, onde os mosquetes de alma lisa eram a tecnologia que implicava na concentração de soldados em linhas sucessivas. De forma geral, caracterizou-se por um campo de batalha linear e por uma cultura militar ordenada.

A seguir, a 2ª Geração reúne as guerras centradas no poder de fogo, proporcionado pela tecnologia do carregamento automático e das metralhadoras, instigando um combate linear e de atrito. Neste sentido, observou-se o modelo do Exército Francês, durante e após a 1ª Guerra Mundial, centrado na guerra de atrito pelo fogo. Em particular, a 2ª Geração manteve a cultura de ordem da 1ª Geração, observando uma tomada de decisão centralizada, hierárquica e baseada em ordens detalhadas. Por outro lado, a evolução do tamanho, da escala e da complexidade do combate impuseram uma contradição entre a cultura interna de ordem das forças armadas e a realidade externa de um campo de batalha cada vez mais desordenado (LIND, 2004).

Observando a 3ª Geração, encontram-se as guerras baseadas no movimento e na manobra, onde o combate passou a explorar a não-linearidade na batalha apoiando-se: no emprego de blindados e aviões; na ampla utilização dos rádios; e no uso de outros aparatos advindos do desenvolvimento científico-tecnológico. Neste cenário, a denominada “guerra de manobra”, foi desenvolvida pelo Exército Alemão, antes e durante a 2ª Guerra Mundial. Em especial, a velocidade substituiu o poder de fogo como o elemento capacitador, observando uma tomada de decisão descentralizada e focada no inimigo. Para tanto, modelou-se a intenção do comandante como enfoque a ser seguido pelos líderes, dos diversos níveis, na obtenção dos resultados que cada situação exigia, instigando o exercício da iniciativa e, assim, diminuindo a centralização das ações.

Passando à 4ª Geração, observam-se as guerras que evidenciam a relevância da tecnologia na composição do poder militar, fortalecido pelo uso do computador, da internet, dos pulsos eletromagnéticos e da robótica. A partir dos últimos anos da Guerra Fria, a 4ª Geração alcançou, ainda, o espectro da guerra espacial e cibernética (LIND et al., 1989), tendo o seu prelúdio figurado na Guerra do Golfo (1991), por ocasião da campanha para liberação do Kuwait.

Adensando este cenário, a partir dos atentados terroristas lançados contra os EUA (2001), o mundo assistiu ao robustecimento de organizações terroristas e criminosas, que passaram a desafiar os Estados, perfazendo ameaças complexas. Ao lidar com esta nova dinâmica, o Poder Militar foi arrastado para um quadro de fricção assimétrica e irregular, muitas das vezes intra-estatal. Desta forma, Lind (2004) aponta a ascensão da 4ª Geração como a maior mudança da guerra desde a Paz da Vestfália, uma vez que evidencia o fim do monopólio do estado sobre a guerra e, assim como antes de 1648, muitas entidades, não apenas estados, estão lutando as guerras.

Como consequência, foram modeladas novas estratégias de segurança e defesa, sendo que já nos anos 1990 efervesceu a chamada Revolução nos Assuntos Militares¹². A seguir, as perspectivas acerca da aplicação do Poder Militar foram ampliadas pelas lições advindas das Guerras do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), tornando os EUA e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) polos irradiadores de novos conceitos e estratégias para a arte da guerra.

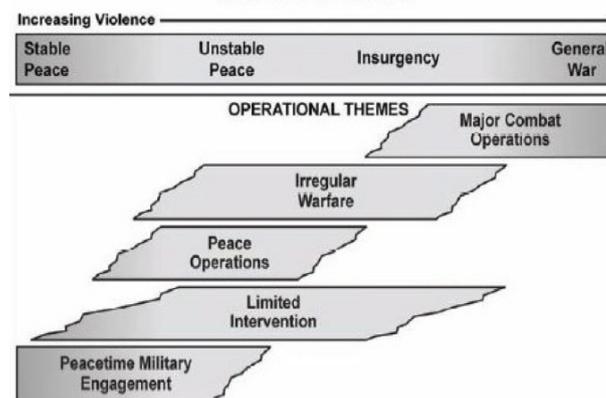
12 Trata-se da discussão acerca da teoria do futuro da guerra, normalmente ligado a temas de organização e estratégia, levando-se em consideração o impacto de novas tecnologias.

Neste diapasão, Colón (2011) relata que as *Effects Based Operations*, instrumentalizadas na Guerra do Golfo, prefiguraram um modelo de atuação para o enfrentamento de situações de crise, integrando o esforço militar e civil. Contudo, fruto dos resultados modestos nas campanhas do Afeganistão e do Iraque, as *Effects Based Operations* foram substituídas por um modelo de atuação baseado na integração de todo potencial nacional - o *Comprehensive Approach* - tornando-se o paradigma contemporâneo da gestão integrada, civil-militar, de crises e de conflitos.

Atualmente, o curso da Guerra da Síria (2011) e da Guerra contra o *Islamic State of Iraq and Syria*¹³ (2014) passou a evidenciar espécies de conflitos que transcendem os espaços geográficos, transbordando fronteiras virtuais, cibernéticas e sociais. Em particular, a assimetria tornou-se um aspecto característico, uma vez que “os combates podem travar-se contra grupos de inimigos formados e reconhecíveis que se movimentam entre civis, contra inimigos disfarçados de civis e, com e sem intenção, contra civis” (SMITH, 2008, p. 325). Ademais, passou-se a observar uma dualidade recorrente nos conflitos atuais, advinda da alternância de cenários de “guerra” e “não guerra”, além da presença de atores transnacionais no espaço de batalha. Tal conjuntura tem exigido uma adaptação continuada das estratégias e táticas para a condução das operações (SCHNAUBELT, 2009).

Em especial, com ou sem o patrocínio do Estado, a letalidade e a capacidade de grupos armados não estatais têm aumentado e, assim, instigado os Estados a explorarem modelos de guerra não-tradicionais (Figura 1). No cenário atual, as forças militares têm combatido oponentes, na maioria, não estatais - Al Qaeda, Hamas, Hezbollah, Estado Islâmico, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia etc - fortalecidos por um aparato militar diversificado. Neste sentido, o termo “Operações Complexas” é utilizado para definir “[...] *military and civilian activities to restore and ensure order. These are also sometimes called stability operations, irregular warfare, or counterinsurgency [...]*”¹⁴ (FRANKE et al., 2014, p.1), sintetizando o perfil de emprego hodierno.

Figura 1 - O espectro da violência e dos conflitos



Fonte: United States of America (2008, p. 3-20).

13 Trata-se de uma organização *jihadista* conhecida como Estado Islâmico do Iraque e da Síria ou Estado Islâmico do Iraque e do Levante que opera, majoritariamente, no Oriente Médio.

14 Tradução dos autores: atividades militares e civis para restaurar e garantir a ordem. Estas são também chamadas de operações de estabilização, guerra irregular ou contrainsurgência.

Consequentemente, fruto da complexidade da cena contemporânea, já se discute o escopo de uma Guerra de 5ª Geração, alargando o uso de perspectivas da 4ª Geração com a operacionalização dos drones¹⁵, da biotecnologia, da nanotecnologia etc. No seio desta geração, floresce o conceito da “guerra híbrida”, percebida como a amálgama dos diferentes tipos de guerra, abarcando capacidades convencionais, táticas irregulares, ações terroristas, indução da violência e coerção. Tal conceito detém o potencial para ser instrumentalizado, tanto pelos Estados, quanto por atores não estatais robustecidos por aparatos militares, conjugando estratégias de guerras regular e irregular. Em particular, cabe atentar para o fato de que as forças regulares de uma ameaça híbrida são regidas por leis internacionais, porém as demais escapam ao seu alcance, prejudicando a limitação quanto ao nível de violência que empregam ou ao tipo de alvo que engajam (HOFFMAN, 2007).

Portanto, avançando na volatilidade do espectro conflitivo atual, a arte da guerra tem sido marcada pela interdisciplinaridade (atuação simultânea de militares, policiais e civis) e pela multidimensionalidade (abordagem integral do Poder Nacional), à luz de um esforço interagências e da aplicação maciça de tecnologia (BOUSQUET, 2009). Vale ressaltar que, isto não representa o fim da guerra tradicional ou convencional, mas imputa um fator complicador para a condução das operações, exigindo o “pensar” acerca da arte da guerra no Século XXI (ARQUILLA, 2007).

4 Pensando A Arte Da Guerra no século XXI

O caso do modelo do Exército dos EUA

The introduction of the airplane, the submarine, and the aircraft carrier in World War I, and the incorporation of mobile radio communications and radar systems in World War II, vastly increased a strategic commander’s ability to operate across several domains simultaneously. More recently, the development of Air-Land Battle in the 1980s and then Air-Sea Battle in 2013 show military thinking evolving along the same general line - how to win decisively, even if outnumbered or technologically overmatched, by integrating operations in multiple domains to present enemies with multiple dilemmas¹⁶ (BROWN¹⁷, 2017, p. 5).

15 Trata-se de todo tipo de aeronave que pode ser controlada nos 3 eixos e que não necessite de pilotos embarcados para ser guiada. São controladas à distância por meios eletrônicos e computacionais, sob a supervisão de humanos, ou mesmo sem a sua intervenção, por meio de controladores lógicos programáveis.

16 Tradução dos autores: a introdução do avião, do submarino e do porta-aviões na 1ª Guerra Mundial e a incorporação de sistemas de radionavegação e sistemas de radar móveis na 2ª Guerra Mundial aumentaram consideravelmente a capacidade de um comandante estratégico operar em vários domínios, simultaneamente. Mais recentemente, o desenvolvimento da *Air-Land Battle* na década de 1980 e, em seguida, a *Air-Sea Battle* em 2013 mostram o pensamento militar evoluindo ao longo da mesma linha geral - como vencer de forma decisiva, mesmo que superado numericamente ou equiparado tecnologicamente, integrando operações em vários domínios para apresentar múltiplos dilemas ao inimigo.

17 O General Robert B. Brown (Exército dos EUA) é o comandante geral do *United States Army Pacific (USARPAC)*.

Ao longo das gerações das guerras, os EUA buscaram delinear modelos operativos capazes de moldar a forma de combater em face de cada novo domínio acrescido à dinâmica da arte da guerra. À luz do cenário contemporâneo, o Poder Militar norte-americano identifica que os seus adversários vêm se adaptando cada vez mais rapidamente à concorrência tecnológica e têm se tornado capazes de contestar os EUA nos vários domínios: humano; terrestre, aéreo, marítimo, espacial e cibernético.

Neste contexto, segundo a Estratégia Nacional de Segurança dos EUA: *“China and Russia challenge American power, influence, and interests, attempting to erode American security and prosperity”*¹⁸ (UNITED STATES OF AMERICA, 2017, p. 2). Em particular, a Estratégia indica que os referidos países agem para tornar as economias menos livres, para ampliar o seu aparato militar, para controlar o fluxo de informações no intuito de reprimir suas sociedades e, assim, expandir a sua influência. Ademais, o documento identifica, tanto a República Democrática Popular da Coreia, quanto a República Islâmica do Irã, como ditaduras que fragilizam as suas respectivas regiões e, conseqüentemente, ameaçam os EUA e os seus aliados.

Neste cenário, um dos maiores desafios dos EUA reside no fato de que grande parte de seu aparato militar contemporâneo é assentado em ferramentas tecnológicas que dependem do uso da conectividade digital. Inevitavelmente, em face de bilhões de dispositivos conectados à *Internet*, evidencia-se um perigo latente no ciberespaço e, conseqüentemente, uma dependência de recursos espaciais para viabilizar a conectividade. Logo, a busca pela interrupção do ciclo decisório do adversário - capacidade de observar, orientar, decidir e agir (OODA) - é um aspecto primordial para que as forças militares possam conduzir o oponente a uma situação de desvantagem. A partir desta degradação, constrói-se a oportunidade para a imposição de múltiplos dilemas que, em última instância, imputam ao adversário o desafio de atuar em um ambiente caótico (BROWN, 2017).

É notório que as vantagens dos EUA estão diminuindo à medida que os Estados rivais modernizam e constroem forças nucleares e convencionais. Ainda, muitos atores tornaram-se hábeis em operar abaixo do limiar de conflito militar tradicional, desencadeando hostilidades encobertas e clandestinas. Nesta dinâmica, a “névoa da guerra”¹⁹ se torna cada vez mais intensa no Século XXI e o pensamento militar dos EUA indica que *“[...] creativity and innovation, when nurtured by an organizational culture that encourages prudent risk taking, is both a force multiplier on the battlefield and the only effective response to the inevitable fog of war”*²⁰ (PERKINS, 2017, preâmbulo).

Sob este prisma, o Exército dos EUA desenvolveu e, atualmente, acolhe o conceito operativo denominado *“Multi-Domain Battle” (MDB)*. Tal modelo foi delineado para apoiar a concepção e a condução de operações capazes de criar “janelas de superioridade” através dos múltiplos domínios (Figura 2) que configuram o campo de batalha hodierno - humano,

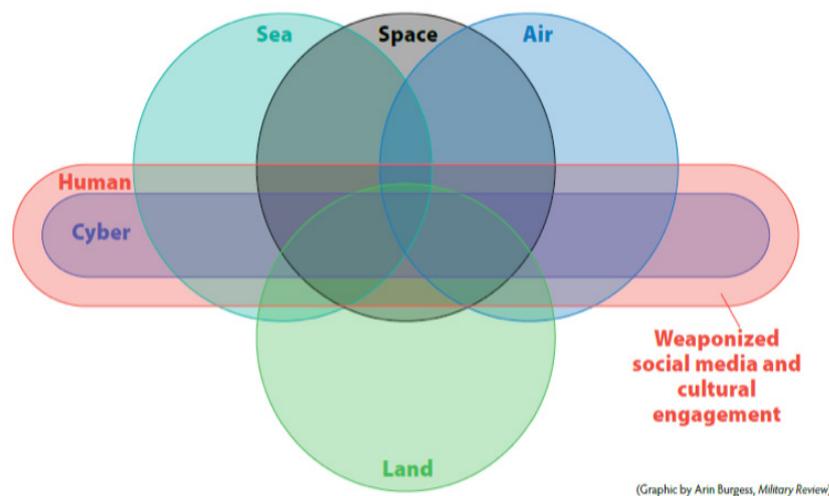
18 Tradução dos autores: China e a Rússia desafiam o poder, a influência e os interesses norte-americanos, tentando corroer a segurança e a prosperidade norte-americanas

19 Expressão cunhada por Clausewitz (1976) para descrever a imprevisibilidade e a fluidez do fenômeno da guerra.

20 Tradução dos autores: criatividade e inovação, quando nutridas por uma cultura organizacional que incentiva a tomada de riscos prudentes, é tanto um multiplicador de força no campo de batalha, quanto a única resposta efetiva à inevitável ‘névoa da guerra’.

terrestre, aéreo, marítimo, espacial e cibernético - permitindo que as forças militares dos EUA possam obter, reter e explorar a iniciativa das ações frente ao novo perfil dos seus adversários (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

Figura 2 - A perspectiva da batalha em múltiplos domínios



Fonte: Brown (2017).

O referido modelo acolhe a premissa de que os EUA serão contestados por adversários sofisticados, que poderão ser capazes de apresentar uma defesa *Multi-Domain*, com a finalidade de negar a criação das “janelas de superioridade” por parte das forças norte-americanas. Tal perspectiva implica na necessidade de um sistema de combate que seja integrado e resiliente, e não interdependente, tornando-se possível a manutenção da liberdade de ação para a aplicação do poder militar, sem depender da atuação em um único domínio. Logo, o modelo proposto pelo conceito do “*Multi-Domain Battle*” busca garantir as condições mínimas para que a força militar possa prosperar e explorar a iniciativa (física e psicológica) no âmbito dos demais domínios que não estejam negados pelo oponente (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

Sob este prisma, o pensamento militar, naturalmente, avança às operações conjuntas²¹, como abordagem que viabiliza a integração das forças singulares e a sincronização máxima das suas ações. Neste contexto, cabe revisitar o escopo do *Goldwater-Nichols Act*, assinado em 4 de outubro de 1986, pelo então presidente dos EUA Ronald Reagan. A referida lei reorganizou e remodelou o Departamento de Defesa dos EUA, historicamente estabelecido pelo *National Security Act* (1947). Em particular, a estrutura de comando foi reformulada, aumentando os poderes do Comandante do Estado-Maior Conjunto para, assim, simplificar a cadeia de comando, que passou a fluir do Presidente, via Secretário de Defesa, diretamente aos comandantes dos comandos operacionais ativados. Como consequência, desde então, os comandantes de cada força singular -

21 Tratam-se de operações caracterizadas pelo emprego de um grande número de meios, de duas ou mais forças singulares, que são conduzidas sob comando único. Normalmente, se dão no nível operacional e contam com um estado-maior operacional conjunto permanente, que desenvolve planos e procedimentos padrão.

Exército, Marinha, Força Aérea e Fuzileiros Navais - acolheram a responsabilidade precípua de treinar e equipar os recursos humanos que mobiliam os comandos combatentes unificados, passando a desempenhar um papel consultivo junto ao Presidente e ao Secretário de Defesa dos EUA.

Since the passage of the Goldwater-Nichols Act, joint operational approaches have proven themselves in combat. [...]. However, work remains, especially when considering the rapidly changing global operational environment. Further, the joint task force doctrinal structure used over the past 15 years to promote joint capability has actually driven some incorrect habits of mind that are detrimental in the evolving operational environment. [...] these habits drive the service components to think about their respective operating areas as if in a vacuum²² (BARTELS; TORMEY; HENDRICKSON, 2017, p. 71).

Fruto deste histórico, em que pese o êxito incontestável da sistemática das operações conjuntas americana, tal dinâmica criou uma dependência, por parte do Poder Militar Terrestre, das capacidades conjuntas também providas por outras forças (fogos aéreos, defesa antiaérea, guerra eletrônica etc). Por outro lado, atualmente, à luz do conceito do “*Multi-Domain Battle*”, evidencia-se a necessidade de que o Poder Militar Terrestre dos EUA reúna capacidades que habilitem à condução de operações que transpassem os múltiplos domínios. Desta maneira, o modelo em curso instiga a força militar a operar em times conjuntos e integrados, em prol de operações simultâneas e sucessivas, adquirindo capacidades para desencadear: ações cinéticas e não cinéticas, guerra eletromagnética, guerra cibernética, defesa antiaérea integrada e fogos profundos e cirúrgicos.

O conceito contempla o fato de que o adversário se utiliza dos centros urbanos como espaços para obtenção de vantagem na dinâmica do conflito. Logo, reconhece a necessidade de modelar o ambiente operacional para a criação de “janelas de superioridade” nos domínios que incidam no ambiente urbano, percebendo que a competição por tais janelas será constante. Como exemplo, visualiza-se que o lançamento de balões estáticos de guerra eletrônica pode criar restrições de comunicações ao oponente, no seu domínio eletromagnético, em determinada porção do campo de batalha e, a partir daí, viabilizar a criação de uma “janela de oportunidade” naquele domínio. A seguir, se explorada, essa janela de oportunidade habilitará o acesso a outros domínios, delineando uma “janela de superioridade”, em um tempo e espaço determinados (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

Neste contexto, é primordial a consciência situacional acerca do inimigo, proveniente de esforços de inteligência que, em última instância, permitirão enxergar através da “névoa da guerra” e, assim, impor um ritmo de batalha mais fluido que o do oponente. Para tanto, segundo a Estratégia Nacional de Segurança, é necessário garantir que a superioridade militar americana resista e, em combinação com outros elementos do poder nacional, esteja preparada para proteger os ame-

22 Tradução dos autores: desde a aprovação da *Lei Goldwater-Nichols*, abordagens operacionais conjuntas provaram-se em combate. De forma geral, a referida lei conseguiu muitos dos seus objetivos. No entanto, a questão permanece, especialmente quando se consideram as mudanças rápidas no ambiente operacional global. Além disso, a estrutura doutrinária da força conjunta utilizada ao longo dos últimos 15 anos, implicou em algumas mentalidades incorretas que são prejudiciais no ambiente operacional em evolução. [...] esses hábitos conduzem os componentes de cada força a pensar sobre suas respectivas áreas de atuação como se estivessem em um vácuo.

ricanos contra desafios sofisticados. Neste sentido, o Presidente Donald J. Trump ressalta que *“As long as I am President, the servicemen and women who defend our Nation will have the equipment, the resources, and the funding they need to secure our homeland, to respond to our enemies quickly and decisively, and, when necessary, to fight, to overpower, and to [...] win”*²³ (TRUMP, 2017, p. 25).

Em suma, ao pensar a arte da guerra no Século XXI, verifica-se que o modelo do Exército dos EUA, assentado no conceito da *“Multi-Domain Battle”*, se estrutura em três elementos precípuos: a integração conjunta, a sinergia de capacidades tecnológicas avançadas e o desenvolvimento de líderes que prosperem em cenários caóticos, fortalecendo o *“Mission Command”*²⁴. Ademais, o conceito contempla a capacidade de sustentar a continuidade da condução de ações conjuntas e integradas, tanto simultâneas quanto sucessivas, em múltiplos domínios, com ênfase na resiliência. Em última instância, o conceito amplia as opções estratégicas²⁵ do Poder Nacional para o atingimento dos objetivos dos EUA no âmbito do Século XXI (BROWN, 2017).

O caso do modelo do Exército Brasileiro

O Brasil delineou uma Doutrina Militar de Defesa baseada na perspectiva do Poder Nacional, definida como a capacidade resultante da integração dos meios da nação, acionados pela vontade nacional, com o objetivo de manter e de conquistar os objetivos nacionais (BRASIL, 2007). Para tanto, o constructo do Poder Nacional se manifesta em cinco expressões: política, militar, econômica, psicossocial e científico-tecnológica. Em particular, a expressão política se sobressai dentre as demais, fixando os objetivos nacionais, enquanto a militar tem no emprego da força, ou na possibilidade de usá-la, o seu fundamento precípuo (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2009).

Desta forma, atento ao cenário atual, o Estado Brasileiro, identifica onze ameaças à segurança nacional - ações contrárias à soberania nacional, ações contrárias ao estado democrático de direito, armas de destruição em massa, ataques cibernéticos, atividades ilegais envolvendo bens de uso dual/tecnologias sensíveis, corrupção, criminalidade organizada, espionagem, interferência externa, sabotagem e terrorismo - todas enumeradas na Política Nacional de Inteligência (BRASIL, 2016).

Como consequência, as Forças Armadas Brasileiras têm experimentado desafios complexos, contudo, distantes das situações de guerra *per se*, fruto do quadro razoavelmente estável do entorno estratégico brasileiro (OLIVEIRA, 2009). Por sua vez, a Doutrina de Operações Con-

23 Tradução dos autores: Enquanto eu for Presidente, os militares e as mulheres que defendem nossa nação terão o equipamento, os recursos e o financiamento de que precisam para proteger nossa pátria, para responder a nossos inimigos de maneira rápida e decisiva e, quando necessário, para lutar, dominar e [...] ganhar.

24 Trata-se de uma concepção de comando, derivada da doutrina tática prussiana, que promove iniciativa, liberdade e velocidade de ação, dentro de certas restrições. Neste sentido, o subordinado, entendendo a intenção do comandante, sua própria missão e o contexto dessa missão, é informado sobre o efeito que deve alcançar e a razão pela qual precisa ser alcançado. A partir daí, decide, dentro de sua liberdade de ação delegada, qual a melhor maneira de realizar sua missão.

25 Cabe salientar que, atualmente, o termo *Multi-Domain Operations (MDO)* é uma evolução e aperfeiçoamento do conceito do *Multi-Domain Battle (MDB)* publicado em 2017. Ele reflete mais de dois anos de experimentos, treinamentos e exercícios (conjuntos e multinacionais). O *MDO* expande as idéias do *MDB* e descreve como o Exército deve contribuir com a força conjunta para deter e derrotar os contendores estratégicos, tanto em fricções, quanto no conflito armado.

juntas do Brasil considera a aplicação do Poder Militar, tanto em situações “de guerra” (emprego na defesa da Pátria propriamente dita, com o uso máximo da violência), quanto de “não guerra” (empregos subsidiários, em que o uso da violência ocorrerá, de forma limitada, ou não). Ademais, contempla as perspectivas - do confronto tradicional entre Estados ou coligações; e do enfrentamento aos atores não estatais que promovem ações hostis, reunidos sob o prisma das ameaças híbridas²⁶ (BRASIL, 2011).

Em face desta demanda plural, no âmbito do Exército Brasileiro, desde 2013, o documento intitulado “Bases para a Transformação do Exército” orientou a introdução de fundamentos e perspectivas no intuito de incorporar capacidades e competências necessárias à atuação da Força no Século XXI. A seguir, em 2014, a Doutrina Militar Terrestre elencou um conjunto de valores, conceitos e táticas para otimizar a direção do preparo dos recursos humanos e do desenvolvimento dos meios e da infraestrutura do Poder Militar Terrestre (BRASIL, 2013, 2014).

Como consequência, o Exército adotou a sistemática da geração de forças por meio do sistema denominado “Planejamento Baseado em Capacidades”. Tal modelo, enfoca o atendimento das necessidades decorrentes dos efeitos a serem alcançados nas campanhas militares, voltados à execução de ações e tarefas encadeadas. Desta forma, a sistemática prioriza a análise permanente da conjuntura e cenários prospectivos, reduzindo os riscos de planejamentos equivocados para, assim, ampliar a prontidão em prol da segurança e defesa. Neste processo, a arquitetura das capacidades é carregada pela sinergia de sete fatores - doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura - sintetizados no acrônimo DOAMEPI. Em última instância, o modelo promove uma averiguação contínua acerca da eficácia do Poder Militar Terrestre para, então, customizar e potencializar o poder de combate em face das ameaças (BRASIL, 2014).

Figura 3 - Conceito Operativo do Exército Brasileiro



Fonte: Brasil (2017b, p. 2-17).

26 Tratam-se de um misto de atividades, com a frequente combinação de métodos militares convencionais e não convencionais, que podem ser utilizados de forma coordenada por parte de intervenientes estatais e não-estatais, permanecendo, porém, abaixo do limiar de uma guerra formalmente declarada.

Com destaque, diante da premissa que os eventuais futuros adversários não serão passivos, a preponderância da agregação de operações ofensivas, defensivas e de cooperação/coordenação com agências, de forma sucessiva ou simultânea, é modelada como a vocação da Força Terrestre em um esforço singular, conjunto ou combinado. Desta forma, o conceito operativo denominado “Operações no Amplo Espectro”²⁷ (Figura 3) orienta o uso da força, no tempo e no espaço, por parte do Poder Militar Terrestre, com ênfase na combinação de atitudes e na abordagem de diferentes espectros do uso da força, variando da paz instável²⁸ até a guerra total²⁹ (BRASIL, 2017a).

Neste sentido, o Exército Brasileiro entende que “o Estado, ao nos delegar poder para exercer a violência em seu nome, precisa saber que agiremos sempre em prol da sociedade da qual somos servos” (Villas Boas, 2017). Neste diapasão, dialogando com as perspectivas de Estado e Sociedade discutidas por Bobbio (1987), conectadas aos constructos do Poder e da Guerra, identifica-se uma falsa dicotomia na relação Estado-Sociedade, uma vez que a suposta contraposição entre Sociedade e Estado não é maior do que a sua sinergia - “[...] entendida não só no sentido de Estado que permeou a sociedade mas também no sentido de Estado permeado pela sociedade.” (BOBBIO, 1987, p.51). Neste sentido, o lema do Exército Brasileiro - “Braço Forte, Mão Amiga” - materializa o *ethos* do seu conceito operativo, habilitando-o como fiador da Defesa e do Desenvolvimento Nacional.

Assim, o referido conceito preconiza a integração entre vetores militares e civis, buscando a unidade de esforços no ambiente interagências, observando o fato de que a convergência dos esforços favorece as ações destinadas a conter a escalada da violência. Neste sentido, a perspectiva da “Unidade de Esforços” assenta-se na premissa de que os esforços devem ser coordenados na busca da colaboração em prol dos objetivos da operação, que devem ser comuns entre as agências, apesar das diferenças técnicas, táticas e procedimentais. Em especial, a conciliação de interesses e a coordenação de esforços devem ser avaliados continuamente, no intuito de evitar a duplicidade de ações, o desperdício de recursos e, assim, propiciar a efetividade da operação (BRASIL, 2017b).

Para Segurança e Defesa, o conceito das “Operações no Amplo Espectro” viabiliza a instrumentalização da Concepção Estratégica do Exército que estabelece que a Força deve “contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social” (BRASIL, 2017b, p. 5). Para tanto, o referido conceito apoia a aplicação das estratégias da “Dissuasão” e da “Presença”, sob a premissa da “Inviolabilidade” das extensas fronteiras terrestres do Brasil (ZAIA, 2013). Na maximização deste esforço, o Poder Militar Terrestre deve ser aplicado como parte de uma ação unificada, considerando o emprego conjunto e a aplicação das demais expressões do Poder Nacional para, assim, derrotar possíveis oponentes e garantir a Defesa Nacional.

Atualmente, a atuação em prol da segurança interna (situação de “não guerra”) tem sido recorrente em operações inseridas no quadro da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), no combate

27 Teve como base o conceito “*Full Spectrum Operations*”, estabelecido no *Field Manual 7-0 (Operations)*, do Exército dos EUA, em 2008, que trata da formação de forças modulares e expedicionárias para conduzir operações de amplo espectro e simultâneas - ofensivas, defensivas, de estabilidade ou de apoio civil - em uma era de conflito persistente.

28 Situação caracterizada por um nível geral de tensão e suspeita entre as partes, incluindo: incerteza e desconfiança; níveis crescentes de frustração sistemática; aumento de clivagens sociais e políticas; e instabilidade política difusa.

29 Trata-se do conflito militar em que os contendores estão dispostos a empregar todo espectro do potencial nacional - recursos humanos e materiais - tanto no tempo quanto, quanto no espaço, em prol da consecução de um objetivo.

aos crimes transfronteiriços e nas ações subsidiárias (CEPIK; BORBA, 2011). Para tanto, a Lei Complementar nº 97 amplia a competência original das Forças Armadas, em especial do Exército, possibilitando seu emprego, tanto na faixa de fronteira, quanto nos grandes centros urbanos (BRASIL, 1999; 2004), e viabilizando a condução de operações de cooperação/coordenação com agências, sob o prisma das “Operações no Amplo Espectro”.

Pari passu, também no escopo das situações de “não guerra”, destaca-se a projeção internacional do Exército Brasileiro em operações de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). Com destaque, ocorreu a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), iniciada em 2004, em prol do restabelecimento da ordem naquele país, após uma série de convulsões sociais e insurgências que culminaram com a deposição do então presidente Jean-Bertrand Aristide. Neste esforço, o Exército Brasileiro liderou o componente militar da missão, de 2004 até 2017, quando a Missão foi encerrada, período em que as Forças Armadas brasileiras empregaram, diuturnamente, mais de mil militares na Ilha *Hispaniola* (CRUZ AGUILAR, 2005). Naquela jornada, o Poder Militar Terrestre nacional combinou atitudes defensivas, ofensivas e de cooperação/coordenação com agências, sob o prisma das “Operações no Amplo Espectro”, em prol da proteção de civis e do soerguimento daquele país.

Desta maneira, sob a égide das “Operações no Amplo Espectro”, a variabilidade do grau de violência e a mudança de atitudes impõem uma conduta flexível aos planejadores das operações terrestres, tanto em território nacional, quanto em forças expedicionárias. Para isso, o Exército Brasileiro acolhe duas ferramentas de planejamento, utilizadas de forma complementar e simultânea, no intuito de incrementar a produção de concepções operativas específicas a cada missão.

Em um primeiro plano, a “Metodologia de Concepção Operativa do Exército” realiza a análise das diretrizes dos escalões superiores, a formulação do problema enfrentado e o desenvolvimento de uma abordagem para solucioná-lo. Tal processo orienta o planejamento decisório no nível tático³⁰, otimizando as condições para o emprego do Poder Militar Terrestre, indicando “o que fazer”.

Em um segundo plano, o “Exame de Situação do Comandante” fornece os elementos cartesianos para a divisão do problema em partes e promove a proposição de linhas de ação para resolver a situação de crise ou conflito apresentada, estabelecendo um método de “como fazer”, à luz do conceito das operativo das “Operações no Amplo Espectro”.

Em síntese, ao pensar a arte da guerra no Século XXI, verifica-se que o modelo do Exército Brasileiro, apoiado no conceito das “Operações no Amplo Espectro”, se estrutura na combinação de atitudes ofensivas, defensivas e de cooperação/coordenação com agências, contemplando a abordagem de diferentes espectros do uso da força, desde a paz instável até a guerra total (BRASIL, 2017a). Ademais, instrumentaliza a Concepção Estratégica do Exército, com ênfase na presença, na dissuasão e na inviolabilidade do território. Enfim, o conceito avança no âmbito das operações conjuntas, fortalecendo as ações unificadas do Poder Nacional com as demais forças singulares - Marinha e Força Aérea para, em última instância, ampliar as opções estratégicas do Estado Brasileiro e otimizar a Defesa Nacional no cenário do Século XXI.

30 Trata-se do nível onde se executam as ações de combate, de logística e de apoio em geral. Neste nível, cada grupo de forças desencadeia suas missões táticas ou administrativas, cabendo aos comandantes operacionais harmonizar o espectro da atuação conjunta. Ademais, o planejamento neste nível é mais mecânico, rígido e objetivo do que criativo, mais atrelado aos manuais de campanha, embora sempre instigue as iniciativas pessoais dos comandantes.

5 Conclusão

Este artigo estabeleceu o objetivo de analisar os atuais modelos de operações adotados pelos Exércitos dos Estados Unidos da América e Brasil, sob o prisma da Teoria da Guerra, operacionalizando um estudo de caso que examinou os conceitos operativos da “*Multi-Domain Battle*” (EUA) e das “Operações no Amplo Espectro” (Brasil). Assim, fruto do escopo desenvolvido, nesta seção conclusiva, realiza-se a inferência acerca do impacto dos respectivos modelos na aplicação do Poder Militar, de ambas as nações, no Século XXI.

De forma preliminar, o estudo assentou-se na perspectiva de que, após a Guerra Fria, a ameaça da bipolaridade deu lugar a um cenário internacional onde os riscos são difusos e amorfos. Neste cenário, novas dinâmicas geopolíticas permitiram que os conflitos transcendessem o espaço geográfico e fossem deflagrados nas fronteiras virtuais, cibernéticas e sociais, evidenciando que contrariamente às realidades eternas e universais da guerra, a sua natureza subjetiva sempre muda, em diferentes ritmos e épocas. Em suma, no cenário contemporâneo, observou-se que:

Não entender a guerra com base em uma reflexão sobre continuidades e mudanças gera o risco sobre o qual alertou o teórico prussiano do século XIX, Carl Von Clausewitz: enxergar a guerra como “algo autônomo” em vez de “um instrumento da política,” não compreender “em que tipo de guerra estamos envolvidos” e tentar transformá-la “em algo que seja alheio à sua natureza” (McMASTER, 2015, p. 30).

A seguir, constatou-se que a volatilidade e a geopolítica dos conflitos atuais implicaram em uma nova forma de “pensar” a arte da guerra no Século XXI, considerando: uma visão interdisciplinar e multidimensional; a participação de atores não militares; a perda do monopólio da violência por parte do Estado; a aplicação maciça de tecnologia; e o envolvimento integral do potencial nacional. Da mesma forma, o cenário conflitivo atual demanda uma prontidão dual por parte do Poder Militar dos Estados, tanto para superar um conflito de baixa intensidade, quanto para enfrentar uma fricção convencional - de escala limitada, total ou, em última instância, nuclear.

Neste escopo, fruto da análise do modelo do Exército dos EUA, infere-se que o conceito operativo da “*Multi-Domain Battle*” modela uma forma de lutar, capaz de fazer face a um possível conflito de viés interestatal, atento ao avanço tecnológico e geopolítico dos seus potenciais contendores atuais - China, Rússia, Coreia do Norte e Irã - identificados no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança dos EUA.

Ademais, tal conceito direciona o Poder Militar dos EUA à perspectiva da resiliência multidomínio, ou seja, a capacidade de manter o ritmo de batalha em determinado domínio, quando um outro for negado durante a condução das operações militares. Para tanto, estima-se, que o Poder Militar dos EUA deverá prospectar e adquirir capacidades tecnológicas avançadas, que habilitem à continuidade da condução de ações unificadas, tanto simultâneas quanto sucessivas, em múltiplos domínios. Como consequência, tal demanda implicará na reconfiguração dos produtos de defesa, acelerando o fluxo de investimentos no complexo industrial militar dos EUA e, em última análise, impactando a economia de defesa mundial, sob uma perspectiva de “corrida armamentista”.

Por sua vez, fruto do exame do modelo do Exército Brasileiro, conclui-se que o conceito operativo das “Operações no Amplo Espectro” modela uma forma de lutar capaz de ativar e combinar atitudes ofensivas, defensivas e de cooperação/coordenação com agências, permitindo a atuação em diferentes espectros da violência para, assim, enfrentar ameaças fluidas, que detém o potencial de macular a segurança e a defesa nacionais. Além disso, constata-se que o referido conceito, ao instrumentalizar a combinação de atitudes, amplia o Poder Militar Brasileiro na aplicação das estratégias da presença e da dissuasão para, assim, contribuir com a inviolabilidade do território.

Contudo, na medida em que possibilita o formato de operações de cooperação/coordenação com agências como esforço primário, este conceito operativo imputa ao Poder Militar Brasileiro a necessidade de uma prontidão dual, tanto para atuar na faixa mais branda do espectro da crise/conflicto, quanto para atender a demanda de uma eventual guerra total. Como consequência, tal exigência implica em investimentos e adestramento plurais que, em última instância podem impactar, quer seja na efetividade do uso da força, em uma situação de conflito interestatal, como também na eficiência dos investimentos e do desenvolvimento dos produtos de defesa do aparato militar brasileiro.

Por outro lado, o referido conceito instiga à abordagem da “Unidade de Esforços” (Figura 4), otimizando o princípio da “Economia de Meios”, na medida em que evita esforços duplicados e maximiza a interoperabilidade em prol de uma *performance* ótima, alavancada pelo rol de capacidades do potencial nacional. Ademais, a “Unidade de Esforços” fomenta o entendimento comum do problema gerador da crise/conflicto, proporcionando ao Poder Militar Brasileiro uma concepção e, conseqüentemente, uma ação unificada, avançando à geração de uma resposta sistêmica aos desafios do mundo atual, incluindo as demais expressões do Poder Nacional. Portanto, uma “Ação Unificada” (Figura 4) é a síntese da sincronização, coordenação e/ou integração de ações de agências (públicas, privadas, governamentais, intergovernamentais e não governamentais) no âmago de operações complexas, quer sejam conjuntas, combinadas e multinacionais.

Figura 4 - Modelo Teórico “Unidade de Esforços e Ações Unificadas”



Fonte: os autores (2019).

À guisa de conclusão, verificou-se que tanto o modelo do Exército dos EUA, quanto o modelo do Exército Brasileiro estão customizados a uma demanda político-estratégica advinda dos interesses e dos objetivos nacionais elencados em face dos desafios à segurança e defesa que cada país enfrenta. Assim, os conceitos da “*Multi-Domain Battle*” (EUA) e das “Operações no Amplo Espectro” (Brasil) modelam uma forma de lutar própria para o Poder Militar Terrestre de cada um desses países, requerendo posturas, capacidades, e investimentos peculiares aos seus escopos.

Por fim, no rol dos desdobramentos do conceito operativo do da “*Multi-Domain Battle*”, fruto da demanda por uma resiliência multidomínio proposta pelos EUA, estima-se uma reconfiguração dos produtos de defesa cenário mundial. Como consequência, tal aspecto merece um exame aprofundado por parte do Exército Brasileiro, na medida que revela uma macroten-
dência da arte da guerra, indicando, às Ciências Militares, um vasto território de pesquisa para investigar e prospectar otimizações acerca da maneira do Exército Brasileiro lutar no Século XXI.

Referências

- ARENDRT, H. **On Violence**. Harmondsworth: Penguin, 1970.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1962.
- ARQUILLA, J. The end of war as we knew it? Insurgency, counterinsurgency and lessons from the forgotten history of early terror networks. **Third World Quarterly**, Abingdon, v. 28, n. 2, p. 369-386, 2007.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Two faces of power. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.
- BARTELS, C.; TORMEY, T.; HENDRICKSON, J. Multidomain operations and close air support: a fresh perspective. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 97, n. 2, p. 70-79, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2HMxqzS>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- BASSFORD, C. The Primacy of Policy and the “trinity” in Clausewitz’s mature thought. *In*: Strachan, H.; Herberg-Rothe, A. (ed.). **Clausewitz in the Twenty-first Century**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 74-91.
- BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOUSQUET, A. **The scientific way of warfare: order and chaos on the battlefields of modernity**. New York: Columbia University Press, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 2016.
- BRASIL. Exército. Portaria nº 197 do Estado-Maior do Exército, de 23 de dezembro de 2010. Aprova as Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, nº 52, 2013.
- BRASIL. Exército. Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010. Conceitua Ciências Militares, estabelece sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, nº 34, 2010.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jun. 1999.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Concepção estratégica do Exército (SIPLEx) – Fase IV**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de operações conjuntas (MD30-M-01)**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina militar de defesa (MD51-M-04)**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina militar terrestre (EB20-MF-10.102)**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de campanha: operações (EB70-MC-10.223)**. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política nacional de defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012a.

BROWN, R. B. The Indo-Asia Pacific and the multi-domain battle concept. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 97, n. 5, p. 2-8, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Wizeof>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CEPIK, M.; BORBA, P. Crime organizado, Estado e segurança internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 375-405, 2011.

CLAUSEWITZ, C. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

COLÓN, G. Das operações baseadas em efeitos à comprehensive approach. **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 129, p. 221-235, 2011.

CRUZ AGUILAR, S. L. **Brasil em missões de paz**. São Paulo: Usina do Livro, 2005.

DAHL, R. The concept of power. **Behavioral Science**, Hoboken, v. 2, n. 3, p. 201-215, 1957.

DOMINGOS, M. “Defesa e Segurança” como área do conhecimento científico. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 136-149, 2006.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**: assuntos específicos. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2009. v. 3.

FOUCAULT, M. **Power/Knowledge**: selected interviews and other writings 1972-1977. New York: Pantheon, 1980.

FRANKE V.; GUTTIERE K.; CIVIC, M. A. (ed.) **Understanding complex military operations**: a case study approach. Abingdon: Routledge, 2014.

GRAY, C. S. **Introduction in strategy and history**: essays on theory and practice. Abingdon: Routledge, 2006.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores, n. 14)

HOFFMAN, F. G. **Conflict in the 21st Century**: the rise of hybrid wars. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

KISSINGER, H. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LIND, W. S. Understanding fourth generation war. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 84, n. 5, p. 12, Sept./Oct. 2004.

LIND, W. S.; NIGHTENGALE, K.; SCHMITT, J. F.; SUTTON, J. W.; WILSON, G. I. The changing face of war: into the fourth generation. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 69, n. 10, p. 22-26, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2Foh4dX>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MCMMASTER, H. R. A continuidade e a mudança: o conceito operacional do exército dos EUA e um pensamento claro sobre a Guerra do Futuro. **Military Review** (edição brasileira), n. 4, t. 70, p. 29-42, 2015.

MORGENTHAU, H. J. **Politics among nations**: the struggle for power and peace. 4. ed. Nova York: Alfred A. Knopf, 1968.

NYE JR., J. S. **O futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, E. R. A estratégia nacional de defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas. **Interesse Nacional**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 71-83, 2009.

PERKINS, David. #DAweek: How Will We Train to Fight and Win in a Complex World? **From the Green Notebook**, March, 2017. Disponível em: <https://fromthegreennotebook.com/2017/03/13/daweek-how-will-we-train-to-fight-and-win-in-a-complex-world/>. Acesso em: 12 ago. 2017.

RICHARDSON, K.; CILLIERS, P. What is complexity science? A view from different directions. **Emergence**, Litchfield Park, v. 3, n. 1, p. 5-23, 2001.

SCHNAUBELT, C. M. Complex operations and interagency operational art. **Prism**, Washington, DC, v. 1, n. 1, p. 37-50, 2009.

SMITH, R. **A utilidade da força**: a arte da guerra no mundo moderno. Lisboa: Edições 70, 2008.

STACEY, R. D. The science of complexity: an alternative perspective for strategic change processes. **Strategic Management Journal**, Hoboken, v. 16, n. 6, p. 477-495, 1995.

TEIXEIRA, A.; MIGON, E. Revisitando o conceito de poder à luz da Teoria da Complexidade. **Revista de Ciências Militares**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 173-192, 2017.

TRUMP, D. J. *In*: UNITED STATES. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, DC: US Government Printing Office, 2017.

UNITED STATES. Department of the Army. **Field manual (FM) 3-0**, Operations. Washington, DC: US Government Printing Office, 2008.

UNITED STATES. Department of the Army. Training and Doctrine Command. **Multi-Domain Battle Space Scenario** (Vídeo). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=car1O_qfkW0. Acesso em: 12 ago. 2017.

UNITED STATES. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, DC: US Government Printing Office, 2017.

VILLAS BOAS, E. D. C. (@gen_villasboas). Samuel Huntington nos instiga: “A lealdade e a obediência são as mais altas virtudes militares; mas quais serão os limites da obediência?” O Estado, ao nos delegar poder p/ exercer a violência em seu nome, precisa saber q agiremos sempre em prol da sociedade da qual somos servos. **Twitter**, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Tq1EKR>. Acesso em: 20 mar. 2019.

WEBER, M. **Essays in Sociology**. New York: Oxford University Press, 1946.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamentos e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAIA, S. L. As operações ágata. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 173-180, 2013.